



AS CRISES PERIFÉRICAS E AS POTÊNCIAS MÉDIAS COMO FATORES DO EQUILÍBRIO DO PODER MUNDIAL

Luiz Villarinho Pedroso

Ministro de 2ª Classe do MRE, estagiando atualmente na Escola Superior de Guerra.

INTRODUÇÃO

Ao terminar o ano de 1974, a imprensa mencionava que possivelmente fora aquele o primeiro ano, desde o ataque japonês à Mandchuria, em 1931, em que nenhuma das chamadas grandes potências — (qualificativo que se poderia atribuir a 6 ou 7 países antes da segunda guerra mundial) tivera de utilizar suas forças armadas em ações bélicas de repercussão internacional.

É de salientar-se, porém, que dentro desse período, a Humanidade conheceu a maior tragédia de sua história — a II Guerra Mundial — dela surgindo as Nações Unidas, com a ambiciosa e elevada missão de assegurar a paz total e permanente para todas as Nações, grandes e pequenas. Era tão acentuada a esperança de que os sofrimentos da II Guerra Mundial ensinassem a humanidade a percorrer os caminhos da paz e da justiça que o Presidente Franklin Delano Roosevelt, em mensagem ao Congresso norte-americano, a qual hoje reconhecemos tão exageradamente otimista quanto irrealista, chegaria a declarar logo após a luta: "a conferência da Criméia marca o fim do sistema de ação unilateral, de aliança exclusiva, de esferas de influência, da balança de poder e de todas as outras experiências que foram utilizadas por séculos e que falharam. Propomos em substituição a tudo isto uma organização universal, na qual todas as nações amantes da paz terão finalmente uma oportunidade de participar".

Não é objetivo deste trabalho analisar a Carta das Nações Unidas, mas não seria demais lembrar que esse documento consubstancia muito mais o realismo da noção de poder do que o idealismo da mensagem de Roosevelt. Com efeito, embora os princípios e objetivos da Carta sejam baseados na postura idealista da preservação da paz e, portanto, tão válidos hoje quanto em 1945, seus mecanismos, contudo, principalmente o Conselho Permanente, nada mais são do que o reflexo da situação

de poder em 1945; mais do que isso, esses mecanismos tendem favorecer o congelamento do poder.

Se verdade é que o chamado equilíbrio do terror nuclear tem evitado — e talvez mesmo eliminado — a possibilidade de choque frontal de natureza armada entre as duas super-potências, ou seja, uma conflagração global, não menos exato é que as chamadas crises ou confrontos periféricos foram numerosos desde 1945 até os nossos dias, abrangendo desde verdadeiras guerras, como, por exemplo, a da Coreia entre 1950-1953, até pequenas porém constantes operações de guerrilha, tais como as que se verificam atualmente na região do antigo Saara Espanhol contra as forças regulares de Marrocos e Mauritânia, países aos quais a Espanha entregou aquela sua antiga colônia.

Creemos não haver dúvida que jamais o mundo passou por mutações tão rápidas nos terrenos político, econômico e científico como no período que vai do pós-guerra aos nossos dias. Seriam as seguintes as principais características desse mundo novo: i) o enorme e vertiginoso progresso científico e tecnológico com profundas influências sobre o comportamento de povos e nações (quanto a esse ponto, nunca é demais meditar, por exemplo, sobre o papel do rádio transistorizado e da televisão nos campos político e psico-social); ii) a concentração quase que ilimitada do poder, em sentido amplo, em duas super-potências e de poder econômico no hemisfério norte, paralelamente ao surgimento de várias dezenas de novos estados, todos com o imenso horizonte de aspirações que resulta inevitavelmente do processo de globalização em escala mundial; iii) o extraordinário incremento do poder econômico das empresas transnacionais, que lhes fortalece a capacidade de influência política nos países sedes e anfitriões; as maiores empresas transnacionais têm, individualmente, poder econômico superior a três quartas partes dos atuais estados mundiais.

Em mundo de tão grandes vinculações, a instabilidade tem sido a constante nas relações internacionais, não obstante os diversos esquemas e formulações que incluem, entre outros, a bipolaridade "ad eternum", um pentagrama híbrido militar e econômico e até mesmo a co-presidência institucionalizada das duas superpotências sobre os destinos do mundo.

Na verdade, conforme assinalou com muita propriedade o Embaixador JOÃO AUGUSTO DE ARAÚJO CASTRO,* sem dúvida, existem no mundo atual três conceitos de paz, respectivamente para as superpotências, para os países desenvolvidos, (tendo como líderes do grupo as chamadas grandes potências de antes da Segunda Guerra Mundial), e para a generalidade das nações.

Para as super-potências, a paz seria fundamentalmente a ausência do conflito nuclear, ou seja, nada mais do que a garantia da sobrevivência da humanidade sobre os pratos da balança de terror, para usarmos a conhecida metáfora de Winston Churchill.

* Fundamentos da Paz Internacional. Balança de Poder ou Segurança Coletiva", publicado no caderno especial do Jornal do Brasil, de 6 de abril de 1970.

Para os países desenvolvidos, salientando-se entre eles as antigas grandes potências (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão, etc.), paz implica uma situação e relativa normalidade que lhes garanta a maior tranquilidade e segurança possíveis para atividades sobretudo econômicas, sem a necessidade de eventualmente ter de realizar operações militares de grande custo, mas tendo presente, contudo, que estão sempre sujeitos às vicissitudes decorrentes da política de poder das super-potências.

Para os demais países, principalmente para os menores, a paz, no campo internacional, se identifica com segurança, isto é, a garantia de não serem agredidos e de terem preservadas sua soberania e integridade territorial; no campo interno, a paz está intimamente ligada ao desenvolvimento e à distribuição justa e equitativa de benefícios, pois, sem esses dois requisitos, surgem crises sobre as quais, freqüentemente, influem terceiros países.

No presente trabalho, procuraremos analisar os fatores do equilíbrio do poder mundial no pós-guerra, com especial atenção não só nas chamadas crises periféricas que, como se mencionou, foram a constante do período, mas, igualmente, nas potências médias, que freqüentemente não vêm desempenhando o papel que se lhes poderia esperar, senão no cenário mundial global, pelo menos na solução das chamadas crises periféricas.

A BI-POLARIDADE

Fase Inicial

A II Guerra Mundial teve o efeito de um grande cataclismo na estrutura do poder mundial, que, em um período de pouco mais de 5 anos, passou de uma nítida e indiscutível situação de multipolaridade política, econômica e bélica (Império Britânico, Estados Unidos da América, França e colônias, Alemanha, Japão e União Soviética) para uma bi-polaridade também incontestável.

Surgiram, assim, do maior conflito que já conheceu a humanidade, dois polos de poder econômico e militar — sem dúvida alguma diferentes das antigas grandes potências da Europa Ocidental e Ásia — os quais adicionavam a um já imenso poderio nacional o magnetismo de ideologias opostas.

Conforme Alex Tocqueville, político e publicista francês, já previra cem anos antes, os Estados Unidos da América e a União Soviética passaram a ser, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os dois maiores focos de poder no mundo. Desses dois focos de poder se irradiam duas "marés" — a norte-americana e a soviética — aparentemente destinadas a cobrir senão a totalidade, pelo menos a maior parte do mundo.

Em realidade, essa idéia de um poder dominante, de uma verdadeira maré impetuosa e absorvente, destinada a preencher qualquer vácuo de poder que ocorresse, pode ser notada na intervenção norte-americana na Indo-China logo após a derrota francesa em Dien-Bien-Phu (1954), com efeito de acordo com a doutrina da

"Contenção Estratégica", estabelecida pelos Estados Unidos da América logo ao início da guerra fria não podia o governo de Washington aceitar a expansão soviética em área anteriormente sob influência de uma potência européia pois, como lembra RAY S. CLINE* um dos colorários daquela doutrina era que "expansion of the political or military power of such a hostile totalitarian nation anywhere in the world ought to be prevented because it undermines the sense of security and the unity of economic and political cooperation among the non-Communist countries which stand in the way of domination of the Eurasian heartland by a single power".

O expansionismo da "maré" soviética é por demais evidente. A instalação de regimes Comunistas nos países da Europa Oriental se sucedeu sempre às vitórias do exército soviético naqueles países ou resultou de erros de negociação em falta, embora, quanto a esse último ponto, se possa sempre alegar que a resistência alemã inesperadamente forte aos aliados na frente ocidental e o interesse dos norte-americanos, talvez injustificadamente exagerado, em obter o apoio soviético contra o Japão, tenham em muito aumentado o poder de barganha de Moscou na reunião da Criméia.

Nessas condições, em 1948, após a derrubada do governo democrático de Beres na Tcheco-Eslováquia e sua substituição por um regime comunista totalmente dependente da União Soviética, se podia dizer que estava realizado um velho sonho de Pedro Grande de uma grande Rússia, com fronteiras seguras, sem o temor dos germanos ao Oeste, dos mongóis ao Este e dos turcos ao Sul; ademais, Stalin "retificara" inteiramente a seu favor todas as fronteiras com os países satélites incorporando à União Soviética grandes extensões territoriais da Polônia e Rumânia, sem contar a anexação pura e simples dos três estados bálticos.

Correto estava assim ERICH FROMM,* quando afirmava, já no início da década dos 60, que a União Soviética, com o grave problema de digerir suas conquistas e sempre preocupada com o aparecimento de dissensões em uma estrutura interna multinacional e multi-racial, era e tenderia a ser uma "potência conservadora" em política externa. Esse "conservadorismo", qualificado pela circunstância de que Moscou disputa com Pequim a liderança de um movimento ideológico, explica em muito a política exterior soviética no pós guerra.

A bi-polaridade de poder Estados Unidos da América—União Soviética se torna mais nítida em 1949 quando este último explode sua primeira bomba atômica, terminando o monopólio nuclear norte-americano. Moscou demonstrava, assim, que uma sociedade fechada tinha condições de, embora com uma estrutura industrial muito inferior à norte-americana, mobilizar imensos recursos no campo da pesquisa e da tecnologia do átomo e queimar etapas no processo de produção de armas nucleares.

O ano de 1949 marca, destarte, o início de uma caracterização mais nítida da bi-polaridade bélica, embora se deva notar que o equilíbrio do terror nuclear só

* "World Power Assessment", 1975, págs. 107 e 108.

* "May Man Prevail", 1961.

começa a verificar-se aproximadamente a partir de fins de 1964 e princípios de 1965, quando a União Soviética, com mais de 200 mísseis intercontinentais e já dispondo de submarinos lançadores de mísseis de eficiência comprovada, passou a ter também a capacidade de retaliar com alto grau e destruição mesmo após haver sofrido um ataque nuclear de proporções totais. Anteriormente à fase do "equilíbrio nuclear", a União Soviética baseava sua estratégia militar num imenso poderio de armas convencionais, pressionando as forças da OTAN no teatro europeu; conforme acentuam diversos autores europeus, a superioridade dos exércitos do pacto de Varsóvia sobre os efetivos da NATO na Europa representava, para os estrategistas soviéticos, uma verdadeira força de dissuasão contra um possível ataque nuclear norte-americano. Estávamos, então na época da concepção estratégica do "escudo convencional e espada nuclear".

A idéia de bi-polaridade, nessa fase inicial e mesmo atualmente, está intimamente vinculada ao conceito de super-potência, isto é, aqueles países que, ademais de contar com recursos econômicos poderosos e adiantamento tecnológico, dispõem da massa crítica (território + população) que lhes permitiria, por um lado, usar um vasto território para melhor localizar as armas nucleares e, por outro, suportar as imensas perdas de vidas humanas decorrentes de possíveis ataques com esse tipo de arma.

A vinculação do "status" de grande potência a grande território e população é praticamente uma constante entre todos os autores de assuntos políticos e estratégicos: assim, por exemplo, ADOLPH A. BERLE, JR., em 1957, no seu livro "Tides of Crisis" (edição brasileira com o título "O Mundo entre o Ocidente") apresenta a União Soviética, a China, o Brasil e a Índia como os 4 países que poderiam vir a disputar aos Estados Unidos da América a liderança mundial no fim do século atual, acentuando, porém, que os três últimos países necessitavam realizar um imenso esforço científico e tecnológico para chegar a desempenhar, a nível internacional, um papel correspondente aos seus respectivos potenciais humano e territorial. Quase 20 anos após, RAY S. CLINE, ¹⁰ considera a massa crítica (população + território) como o termo inicial da sua equação de poder, atribuindo àqueles mesmos 5 países os maiores coeficientes dentro desse termo.

No tocante ao aspecto econômico, caberia mencionar que, pelo menos durante quase 15 anos após a II Guerra Mundial, o mundo tinha uma feição em verdade uni-polar, pois a economia norte-americana era altamente dominante; assim, por exemplo, verificamos que, em 1950, o PNB norte-americano representava aproximadamente 33% do total mundial; no mesmo ano, o PNB soviético equivalia a 11% e Japão e RFA, atualmente a segunda e terceira economias capitalistas, atingiram, apenas respectivamente, 2,8% e 5,2% do total mundial.

* Editado por Reynald & Company de Nova York.

** Obra já citada.

Diminuição do poder relativo das super-potências. Abrandamento do conflito ideológico.

Conforme já mencionamos, as duas super-potências diferenciam-se de outras potências que já lideraram o mundo pela circunstância muito especial de que ambas se apresentam como porta-bandeiras de duas ideologias diametralmente opostas. Em verdade, as duas super-potências, em várias ocasiões, se utilizaram do instrumento ideológico — a defesa da democracia em um caso, e a implantação de um socialismo igualitário no outro — para a consecução ou manutenção de seus respectivos objetivos nacionais.

Era evidente, porém, que a situação política do após-guerra era absolutamente anômala, sendo em termos bélicos, pelo menos no tocante à valoração econômico-política das antigas grandes potências. Com efeito, nota-se que, *a partir do momento em que se vislumbra o equilíbrio a que chegariam as duas super-potências, inicia-se o afrouxamento da disciplina ideológica intra-blocos.*

No chamado Bloco Oriental a República Popular da China passa a disputar com a União Soviética a liderança do movimento comunista internacional, embora julgemos existir, no caso, mais um conflito de objetivos nacionais do que uma simples divergência sobre como interpretar os escritos de Marx, Engels e Lenine. Tito, já antes mesmo de Mao-Tse-tung, havia rompido com Moscou e posteriormente veio a ser um dos criadores do chamado grupo dos países não-alinhados, para muito uma terceira posição entre Oriente e Ocidente. Mais recentemente, temos o caso da România, país periférico e auto-suficiente em petróleo, que, embora sem rompimento ideológico, possui uma política exterior bastante independente de Moscou.

No Ocidente, onde evidentemente nunca existiu uma rigidez ideológica comparável à do bloco Oriental, nem um domínio militar indisfarçável e permanente por parte da super-potência, podemos dizer que a França do General de Gaulle produziu a primeira manifestação de uma política exterior fundamentada exclusivamente em objetivos nacionais e despida do componente ideológico maniqueísta da confrontação democracia versus comunismo.

Seria longo examinarmos aqui o pensamento do General de Gaulle, um dos maiores estrategistas e pensadores políticos do século, mas não se deve deixar de salientar que foi ele quem primeiro levantou, de maneira clara e freqüentemente conflitiva com a super-potência ocidental, as seguintes questões fundamentais, entre outras: i) o interesse da França nem sempre coincide com o do grupo que se convencionou chamar Ocidente e muito menos com o da super-potência líder desse bloco, ii) a não aceitação de alinhamentos automáticos (caberia notar, quanto a esse ponto, que de Gaulle teve uma posição de inequívoco apoio aos Estados Unidos quando da crise de Cuba de outubro de 1962); iii) a necessidade de a França ter um sistema de defesa próprio, através da criação de uma capacidade de retaliação nuclear com um mínimo de credibilidade.

Pode-se dizer, assim, que a bi-polaridade política, fundamentada em posturas ideológicas rígidas, teve duração muito curta, coincidindo sua fase mais característica com a gestão de John Foster Dulles como Secretário de Estado.

Bi-Polaridade e equilíbrio do terror. O Pentagrama de Henry Kissinger.

Não cabe a menor dúvida de que, em termos militares e se considerarmos como unidade de poder a capacidade de aniquilar totalmente o adversário, o mundo é bi-polar. Somente os Estados Unidos da América e a União Soviética (esta com a ampliação de sua marinha de guerra) são potências globais, isto é, dispõem de meios e recursos logísticos para intervir em qualquer parte do globo.

Não obstante o imenso poder bélico que possuem, estão as duas super-potências anuladas através do que se convencionou chamar o "equilíbrio do terror" ou, segundo a doutrina norte-americana, "mutual assured destruction (MAD)", isto é, a capacidade que tem cada uma delas de destruir a outra, mesmo após haver sofrido um ataque nuclear estratégico de grande escala.

Em termos militares, somente a República Popular da China poderá, em futuro previsível, chegar ao estágio de super-potência, embora venha ainda a tardar muito a ser uma potência global.

A Europa dos nove, que segundo o Professor GEORGE MODELSKI,* é responsável aproximadamente por 11% dos gastos militares mundiais ("Ray S. Cline" **concede-lhe o peso militar de 20, teoricamente igual ao dos Estados Unidos da América), poderia também vir a ser uma super-potência bélica mas lhe falta o requisito essencial da unidade política.

Possivelmente tentando uma alternativa imaginosa ao imobilismo da bi-polaridade, Henry Kissinger procurou basear o equilíbrio do poder mundial no seu famoso pentagrama. Não cabe aqui realizar um estudo aprofundado das idéias e teorias do ex-Secretário de Estado, mas não podemos deixar de mencionar, como uma apreciação merecedora da maior atenção, a crítica que lhe faz o Professor JOSEPH S. NYE,*** ao afirmar que "Henry Kissinger description of a world based on a five power balance is a very misleading image. Japan and the European Community are not similar to the United States and the Soviet Union. What you really have is a structure of two triangles, a military triangle, composed of China, the United States and the Soviet Union; and an economic triangle composed of Japan, the United States and Europe. It is rather elementary geometry that two triangles do not make a pentagon, but equally important is the fact that international relations within the economic triangle of advanced industrial nations do not conform to the balance of power image".

* World Order Keeping: Some Alternative Structures, capítulo do livro *New Dimensions of World Politics*.

** Obra citada.

*** "Transnational and Transgovernamental Relations", no livro "New Dimensions of World Politics".

Caberia agregar, outrossim, que Kissinger, pelo menos na sua fase final de atuação na chefia do Departamento de Estado, pareceu otimista em demasia na reduzida importância que atribuía à confrontação ideológica, possivelmente ignorando que a União Soviética, por mais interessada que estivesse na "détente", não deixaria de (ou melhor, não poderia deixar de, sob pena de ver diminuída sua posição de liderança no bloco comunista) de aproveitar-se de qualquer possibilidade de ganho político estratégico, através da intervenção, sobre a forma que lhe fosse mais conveniente, nas crises periféricas ocorridas em zonas sob influência das nações capitalistas.

CRISES PERIFÉRICAS

Definição

Chamamos crise, para os efeitos desse trabalho, um confronto de interesses entre Estados ou um Estado e um grupo organizado, do qual resultaram ou poderiam haver resultado ações militares. O conceito de crise está, assim, vinculado a um conflito militar real ou potencial.

Dentro desse conceito específico de crise, crise periférica seria aquela em que não existe confrontação direta entre super-potências; para os fins dessa definição, incluímos atualmente a República Popular da China na categoria de super-potência. Assim sendo, consideramos, por exemplo, a guerra da Coreia de 1950 a 1953, como uma crise periférica, pois não só a República Popular da China não poderia, naquela ocasião, de modo algum ser considerada uma super-potência, mas, igualmente, suas tropas participaram no conflito na qualidade de "voluntários", artifício bastante hábil de Pequim para evitar uma confrontação direta com Washington. Seguindo o mesmo raciocínio, a guerra do Vietnã foi uma crise periférica, não obstante uma das super-potências haver ali empenhado, em determinado momento, cerca de meio milhão de homens de suas forças armadas. A guerra entre a Índia e o Paquistão, países na ocasião com uma população conjunta de cerca de 700 milhões de habitantes, é igualmente uma crise periférica, haja vista que a intervenção das 3 super-potências foi indireta. Os três conflitos árabe-israelitas não deixam de ser, em nossa opinião, crises periféricas, embora se localizem na área de maior tensão internacional da atualidade e onde, previsivelmente, é mais latente a possibilidade de choque entre os Estados Unidos da América e a União Soviética.

Dentro do Pacto de Varsóvia ocorreram pelo menos duas crises periféricas bem definidas: as revoltas na Hungria, em 1956 e na Checoslováquia, em 1968. Em virtude da natureza de "sociedades fechadas" daqueles países, pela existência de um mecanismo repressivo interno eficiente e, principalmente, dada a nítida relação de força que exerce a União Soviética dentro do bloco, ambas as crises foram rapidamente dominadas, no primeiro caso pelo Exército soviético isoladamente e, no segundo, com a cooperação de outras forças do Pacto. Em Berlim Oriental e na Polónia ocorreram, na década de 50, como se sabe, distúrbios populares importantes que não podem, porém, ser considerados crises periféricas por não terem produzido repercussões externas significativas.

A crise de Cuba, em outubro de 1962, pode ser considerada um caso sui generis. Em verdade, assinalou ela a mais séria confrontação até a presente data entre os Estados Unidos e a União Soviética bem como a ocasião em que mais de perto a Humanidade vislumbrou a trágica possibilidade do holocausto atômico. Não podemos, assim, classificar de crise periférica, pois sobre trazer em si a possibilidade de confrontação entre duas super-potências, resultou, ademais, nas seguintes consequências todas da maior relevância internacional: i) assinalou o início do processo de negociações contínuas e intensas entre os Estados Unidos e a União Soviética, baseadas no entendimento tácito de que cada uma das potências evitaria exacerbando tensões dentro de áreas de especial interesse para a outra; ii) a União Soviética, na ocasião altamente inferiorizada em termos nucleares e praticamente sem contar com uma marinha de guerra do nível necessário às suas aspirações de potência global, iniciou, após ter sido obrigada a ceder em Cuba, um amplo programa de pesquisa e criação de armamento nuclear, bem como de construção naval; iii) embora Kruschewsky tenha sofrido em Cuba uma humilhação que certamente muito contribuiu para sua destituição do cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista soviético, não menos verdade é, contudo, que Moscou tirou da crise a grande vantagem estratégica de obter o definitivo reconhecimento de Cuba como uma posição conquistada dentro da área geo-política norte-americana. O problema cubano deixa de ser apenas um dado dentro do sistema interamericano para passar ao plano das relações soviético-norte-americanas.

Vemos, assim, que, excetuada a crise de Cuba, todos os conflitos ocorridos no pós-guerra foram crises periféricas. Mesmo se considerarmos que as guerras da Coreia e do Vietnã, em virtude da duração e participação dos Estados Unidos da América, e as crises árabe-israelitas, pela importância estratégica da área, não sejam crises periféricas, estas ainda constituiriam a imensa maioria de conflitos no período histórico iniciado após a II Guerra Mundial.

Caberia, finalmente, mencionar que a confrontação ideológica e militar entre Ocidente e Oriente, por um lado, e o imenso poder destruidor da atual tecnologia bélica, por outro, praticamente eliminam qualquer possibilidade de conflito entre as antigas grandes potências de antes da Segunda Guerra Mundial, as quais, ademais, dispõem, sobretudo, no GATT, OCDE e CEE, de forums e mecanismos para negociar os problemas de natureza econômica, área onde está compreendida a quase totalidade de seus pontos de fricção. Assim, está hoje, sem dúvida, no terreno da ficção, uma guerra entre a França e a República Federal Alemã ou entre a primeira e a Grã Bretanha, por exemplo.

Causas das Crises Periféricas

São diversas as causas das crises periféricas e, muito freqüentemente, uma mesma crise é provocada por mais de um fator. Sem a preocupação de uma hierar-

quisação quanto a valor, passamos a expor e comentar causas e fatores que julgamos mais importantes na gênese das crises periféricas.

Conforme já mencionamos, o equilíbrio de poder entre as duas super-potências levou a uma distensão da disciplina intra-bloco, circunstância por muitos considerada como sendo um catalizador importante das crises na área geopolítica dos países capitalistas.

Contrários que somos a qualquer forma de congelamento do poder, vemos com beneplácito o surgimento de novos focos de poder, que aumentam a área de atuação político-diplomática das potências menores, mas é inegável, porém, que a existência de um poder dominante e absoluto, se não impede, pelo menos em muito dificulta a possibilidade de crises dentro de sua área de influência.

No bloco soviético, onde é clara a existência do poder dominante da super-potência sobre os Estados clientes, as crises periféricas, conforme já se mencionou, têm sido de número muito reduzido e de curta duração, pois se solucionam rapidamente pela força.

No bloco Ocidental, é evidente que a perda relativa do poder dos Estados Unidos da América de algum modo contribuiu, se não para o surgimento de crises periféricas, pelo menos para que diversas delas prosperassem. Como menciona ALASTAIR BUCHAN*, a situação dos Estados Unidos da América no início da década dos 70 se parece em muito com a da Grã Bretanha cem anos antes, país que, repentinamente, despertou para quatro fatos para ela até então inusitados: i) que um outro Estado, no caso a Alemanha Imperial, alcançava paridade com ela em poder político e industrial; ii) que seria indefinidamente dependente da importação de alimentos, como parece que os Estados Unidos serão do petróleo estrangeiro; iii) que suas exportações já não mais dominavam os mercados mundiais; iv) que, pelo menos por algum tempo, deixara de ser a cidadela maior da liberdade e do progresso, pois outras nações já caminhavam mais rapidamente do que ela na educação e em outros campos sociais.

É possível que historiadores futuros atribuam ao trauma do Vietnã e ao declínio relativo do seu poder econômico as causas principais que levaram os norte-americanos a uma progressiva redução de seu papel como potência global; julgamos, porém, existir uma causa mais profunda que reside no próprio pensamento político norte-americano de maior peso, isto é, o que se reflete na obra sobretudo da comunidade acadêmica, pensamento este refratário à idéia de uma "Pax-Americana" imposta pela força; essa corrente de pensamento, sem dúvida influente na formulação da política exterior norte-americana, é mais inclinada a uma relação pluralista de responsabilidades com base em acordos e tratados e no Direito Internacional.

É importante igualmente, para melhor se entender a multiplicidade das crises periféricas, que reconheçamos existir, no mundo atual, uma acentuada diferença entre "poder efetivo" e "poder perceptível".

* "Change without War", St. Martin's Press New York, 1975. página 60.

Nesse contexto, RAYMOND ARON* acentua que os "recursos", ou sejam, meios materiais que tem o Estado à sua disposição não correspondem à "potência", isto é, à capacidade real e efetiva para alcançar seus objetivos.

Se tomamos o exemplo da chamada Guerra do Vietnam, verificamos que os Estados Unidos da América dispunham dos recursos materiais para arrasar o Vietnam do Norte em questão de minutos, mas não tinha o poder real para ganhar a guerra, pois, na composição desse poder, entra uma série de fatores externos e internos que, muito freqüentemente, anulam os recursos.

CLINE** nos oferece a seguinte equação do poder perceptível, na qual já procura fazer, de algum modo, a distinção acima acentuada: $P_p = (C+E+M) \times (S+W)$.

Segundo CLINE, o poder perceptível P_p seria o resultado da multiplicação de dois grupos de fatores, o primeiro de quantificação objetiva e o segundo já bastante subjetivo. Constituiriam o primeiro grupo: a massa crítica de determinado Estado, formada por dois componentes, a saber, população e território, essa massa crítica seria designada pela letra C ; E representaria o poder econômico e M o poder militar. O segundo grupo se cifraria na soma de S , isto é, a concepção estratégica e W , a vontade de realizar a estratégia nacional.

Conforme mencionamos, a grande vantagem da fórmula de CLINE é que introduz ela uma primeira diferença entre "recursos", incluídos todos no primeiro grupo, e poder real ou potência, para utilizarmos o termo francês "puissance", empregado por ARON.

Reconhece o autor americano ser subjetiva a quantificação de S e W , propondo para ambos um valor que oscilaria de 0 a 1. Nessas condições, a soma de $S + W$ poderia ser inferior a 1, hipótese em que um Estado teria o poder perceptível inferior a soma dos recursos, superior a 1, caso em que ocorreria uma valorização dos recursos, ou, finalmente, igual a 1, quando, logicamente, P_p seria igual a $C+E+M$.

Sempre acentuando que os valores atribuídos a S e W são subjetivos, isto é, correspondem a avaliações por ele feitas, CLINE atribui a Israel, entre as 40 nações maiores detentoras de recursos, o mais elevado valor, no momento atual, para o grupo " $S + W$ " (1,8 de um máximo possível de 2), enquanto os Estados Unidos da América recebem o mais baixo quantitativo (0,7) entre as Nações industrializadas e o terceiro menor valor dentro dos 40 Estados acima mencionados.

Não resta dúvida, assim, que o "poder real ou efetivo", definido sempre como uma relação entre Estados, não é igual ao somatório de recursos e nem mesmo ao resultado da multiplicação desse somatório pela soma da estratégia e vontade nacional, pois uma ampla gama de fatores internos e externos influem sobre o processo de efetivação ou materialização do poder. Nessas condições, temos, por exemplo, que, no caso da Guerra do Vietnam, haveria de considerar-se a

* La Notion de Rapport de Forces a-t-elle encore un sens à l'ère nucléaire", artigo publicado na edição de janeiro de 1976, da revista, "Défense Nationale".

** Obra citada.

circunstância de que, por um lado, os Estados Unidos se defrontaram com uma guerra de guerrilhas, e, por outro, que existiu um bloqueio psicológico, moral e político interno que impedia o Governo norte-americano de utilizar todos os meios bélicos disponíveis em um conflito marginal ao seu objetivo nacional principal, o de manter a segurança frente à outra potência nuclear.

O Prof. JOSEPH NYE examina o valor relativo do poder militar no mundo de hoje, acentuando que esse poder, embora cada vez mais custoso, sobretudo para as potências nucleares, tem, contudo, uso limitado na consecução de objetivos positivos, sobretudo na área econômica. Como exemplo, lembra o Prof. Nye que, há cem anos, os Estados Unidos da América, ao desejarem iniciar o comércio com o Japão, atingiram esse fim simplesmente através do envio de uma frota e com a ameaça de bombardeio dos portos japoneses; em 1973, quando Washington tinha grande interesse em que o governo japonês valorizasse o yen, o emprego da força militar não era, evidentemente, uma hipótese com qualquer viabilidade.*

Em comentário ao livro do Prof. CLINE, o General CARLOS DE MEIRA MATTOS** assinala também que a fórmula de CLINE não chega a exprimir de maneira totalmente satisfatória o poder efetivo, propondo a inclusão, no grupo dos quantitativos abstratos, de um valor P , a que chama de "poder de persuadir", força de convencer, ou capacidade de influir".

Após salientar que esse fator P faltou no conceito de poder norte-americano durante a recente guerra no Vietnã, o General MEIRA MATTOS comenta que, se bem se possa entender que aquele fator estaria normalmente incluído em S (estratégia) ou W (vontade nacional), prefere ele, contudo, individualizá-lo pois "se pode admitir o caso em que se caracterize uma firme vontade de vencer por parte de um estado (governo e povo) sem que haja capacidade de convencer os demais estados da justiça de sua causa e, em consequência, resulte no isolamento desse Estado, cuja consequência é a derrota".

Não menos importante na análise das crises periféricas é o fator "comunicações".

Mencionamos anteriormente a enorme influência que teve o avanço tecnológico das comunicações sobre todos os campos do poder, sobretudo no político e psicossocial. É inegável que as comunicações rápidas e fáceis, aliadas a sofisticadas técnicas de propaganda, têm alta ponderabilidade no processo de gestação e durante qualquer crise periférica.

A comunicação é ainda mais decisiva no tocante a determinados grupos ou elites. Assim, por exemplo, embora se possa discutir a existência ou não de uma "opinião pública mundial" ou mesmo de uma "opinião pública nacional mundial", é inegável, porém, existir uma ace-

* Obra citada.

** Revista del Colegio Interamericano de Defensa, Volume IV, número 1.

tuada tendência para uma "opinião transnacional" de grupos raciais (árabes, negros, etc.) ou de certas elites (militares, estudantes, etc.).

Poder-se-ia dizer, assim, que a comunicação tem a capacidade de atuar como catalizador, de valor ideológico ou político neutro, em qualquer movimento contra um poder constituído.

O nacionalismo e o anti-colonialismo como fatores de crises periféricas.

Fator importante nas crises periféricas é a ânsia de libertação das antigas colônias de potências européias. É evidente que, no caso, a confrontação se fez e far-se-á sempre com países do Ocidente e que o bloco Ocidental estará sempre pronto a dela se aproveitar.

Duas são as hipóteses principais de crises periféricas surgidas no processo de descolonização. A primeira é a luta pela independência, que, como se viu nos últimos 30 anos, pode ser lenta e sangrenta (Argélia, Vietnam). A segunda se verifica já após conquistada a independência, num ambiente de instabilidade ou vácuo de poder, e tem por objetivo a instalação de determinada forma de Governo.

Creemos que, do ponto-de-vista do Ocidente, as seguintes considerações e linhas de conduta poderiam ser formuladas no equacionamento e possível solução desse tipo de crise periférica: i) é evidente que uma sociedade primitiva, dando seus primeiros passos na vida independente, com uma reduzida base cultural, sem nada que se pareça a uma Classe média ou a um operariado urbano, muito dificilmente poderá passar da fase colonial para um tipo de democracia ocidental de modelo europeu ou norte-americano; ii) o vácuo de poder criado pelas circunstâncias acima vem sendo normalmente preenchido pelas duas forças organizadas que surgem em tais circunstâncias: essas forças ou são uma estrutura militar incipiente, chefiada na maioria das vezes por antigos subalternos locais do Exército da potência colonial (o Dr. Marechal de Campo Idi Amin Dada, de Uganda, é um bom exemplo desse tipo de personagem) ou um partido político que preencha as condições de haver participado na luta de independência e de acenar às massas com alguma forma carismática de socialização da propriedade, que, na fase colonial, pertencia basicamente aos estrangeiros; iii) nada impede que a estrutura militar adote uma ideologia política aproximadamente nas linhas acima descritas, caso em que teríamos o "nasserismo" ou o "neo-nasserismo", representado esse último, por exemplo, pelo Coronel Kadhafi, na Líbia; iv) independentemente do rótulo ou ideologia política no novo país, nele haverá uma alta participação do Estado na economia e o Governo se exercerá através de um Executivo forte, podendo até mesmo assumir caráter ditatorial. v) dadas as circunstâncias acima, esses novos Estados tenderão a adotar formas de Governo socializantes ou estatizantes; vi) na hipótese de surgirem conflitos armados, quer no processo de luta pela independência, quer para implantação de regimes de esquerda, é praticamente certo que a União Soviética e a China irão intervir, assim o fazendo para obter vantagens estratégicas e também para manter suas pretensões de líderes de um mesmo movimento ideológico. vii) na medida em que o

Ocidente insistir em apoiar correntes minoritárias e impopulares, deixando exclusivamente à União Soviética e à República Popular da China a bandeira altamente atraente e popular do respaldo à independência e ao anti-colonialismo, as duas superpotências do Oriente irão certamente, em prazo maior ou menor, obter vantagens estratégicas no campo do poder; outrossim, a vitória final, após luta longa e sangrenta, certamente levará a corrente triunfadora à adoção de um tipo de regime mais fechado, mais estatizado e mais ligado a Moscou ou Pequim do que o seria em condições mais normais, isto é, se conquistasse o poder através de meios mais pacíficos.

Alguns Exemplos de Crises Periféricas

Julgamos que alguns exemplos de crises periféricas ocorridas dentro do processo de descolonização podem ser analisadas à luz das idéias acima expostas.

Se o General De Gaulle não houvesse decidido chegar a uma solução negociada para a crise da Argélia, a despeito de ainda manter o controle militar da situação, semelha-nos inevitável que: i) o Exército francês seria finalmente derrotado pela guerra de guerrilhas, pois, tendo em vista a estrutura atual do poder anteriormente examinado, não haveria a possibilidade de que a França utilizasse todo o seu poderio bélico (nem mesmo armas nucleares táticas) naquele terreno de operações; ii) além de mais uma humilhação militar, a França iria sofrer um enorme desgaste econômico e perdas de milhares de vidas preciosas civis e militares; iii) uma luta prolongada com uma situação de possível vácuo de poder, seria um convite a que uma ou talvez mesmo as duas super-potências intervissem na crise; iv) o estado independente que surgisse ao final da luta armada prolongada estaria mais ligado a Moscou e teria caráter ainda menos democrático do que a atual Argélia.

Como decorrência da genialidade política e sobretudo da coragem do General De Gaulle, as conseqüências finais da crise foram bem melhores para o Ocidente, em geral, e para a França, em particular, já que: i) a Argélia é um país alinhado e socialista e não um satélite comunista de Moscou; ii) a França continua a ser o principal parceiro econômico da Argélia, que mantém uma economia bastante aberta ao Ocidente (por exemplo, até mesmo firmas brasileiras participam em "joint ventures" com empresas locais); iii) em que pesem as características próprias de um país muçulmano, a Argélia é uma sociedade mais aberta do que qualquer país comunista (por exemplo, milhares de argelinos trabalham na Europa industrializada, principalmente na França; a entrada de estrangeiro no país é relativamente fácil; iv) a França se assegurou uma certa relação especial com o Mundo árabe, da qual lhe têm advindo vantagens políticas e econômicas consideráveis.

É de se salientar que, durante a crise, os grupos de pressão com interesses coloniais na Argélia bombardeavam a opinião pública francesa com o quadro totalmente deformado de que a manutenção daquele território era a única garantia do prestígio político e da estabilidade econômica da França.

O limite desse trabalho não nos permite um estudo e análise aprofundado da Crise do Vietnam, mas caberia aqui indagar se a prolongação da luta até a derrota

da facção Ocidental não teve como consequência aumentar o grau de dependência do novo Estado em relação a Moscou e Pequim.

Não ignoramos a falácia da crítica e da análise histórica "a posteriori", após as milhares de vidas inocentes sacrificadas, após as enormes perdas materiais daquele pequeno país em desenvolvimento, após o trauma social, moral e político sofrido pelo povo norte-americano, não podemos deixar de fazer as seguintes perguntas, entre outras: não teria o Ocidente, representado no caso pelos Estados Unidos da América, uma vez mais incorrido no erro de entregar a bandeira das caupulares e carismáticas ao Oriente? O que combatiam os Estados Unidos no Vietnã — um movimento comunista totalitário e ditatorial ou os anseios de união nacional e de independência de um povo há séculos vivendo sob regime colonial? É possível manter separado, for força de fatores sobretudo ideológicos, um país com profunda identidade nacional (raça, língua, religião, costumes, etc.) e no qual a maioria do povo não tinha nem mesmo a sofisticação cultural necessária para entender tais fatores?

A crise de Angola, ainda não totalmente terminada, é um caso igualmente digno de exame e atenção no imenso e sempre cambiante laboratório político das crises periféricas.

A primeira observação que se poderia fazer é a de que, pelas razões acima mencionadas, o grupo com o mínimo de condições culturais e técnicas para governar o país é de tendência esquerdista, sem que todos sejam necessariamente comunistas.

Após a longa luta contra Portugal, surgiu a disputa pelo poder entre pelo menos três grupos locais com base mais tribal do que ideológica, excetuado o Movimento Popular de Libertação de Angola.

Conforme se tem verificado em crises semelhantes, Moscou e Pequim intervinham não só para obter vantagens estratégicas, mas igualmente porque se vêm obrigados na condição de disputantes da liderança de um movimento ideológico.

O conflito bélico foi vencido pelo MPLA, graças basicamente à intervenção das forças cubanas, já desdenhosamente por muitos chamadas de "os gurkas do imperialismo soviético". O envio das tropas cubanas muito dificilmente poderia ser considerado no conceito de agressão tão laboriosa e dificilmente aprovado pelas Nações Unidas.

Do ponto-de-vista do interesse da Comunidade Ocidental — e consideramos o objetivo maior do Ocidente evitar a satelização de país tão estratégico — o prolongamento da luta seria prejudicial, pois, além das razões já anteriormente enunciadas, poderíamos considerar que o nosso humanismo de formação judaico-cristã iria ser representado, no caso, muito provavelmente pela África do Sul. Não é necessária muita imaginação para visualizarmos as negativas consequências que teria tal circunstância, para o Ocidente, no plano das relações com o mundo afro-asiático.

Na situação em que está Angola atualmente, não a consideramos perdida pelo Ocidente, entendendo-se como Ocidente todo um conjunto de valores éticos,

morais e filosóficos e não apenas um sistema ou processo de produção. Não haveria sido concedida ao Bloco Comunista a possibilidade de caracterizar a totalidade da comunidade Ocidental como se opondo à luta para libertação nacional, é de se esperar que, a despeito da presença das forças cubanas, possam fatores tais como o intercâmbio comercial, laços culturais e linguísticos, uma diplomacia eficiente dos países Ocidentais, etc., anular, ou pelo menos limitar, o magnetismo ideológico de Moscou e Havana, mantendo assim, a antiga colônia portuguesa o mais possível vinculada ao conjunto de valores que sobre ela exerceu influência por mais de quatro séculos.

É evidente, porém, que o Ocidente deve pressionar no sentido da retirada das forças cubanas, pois enquanto não for preenchida tal condição, será impossível o livre jogo das diversas correntes em Angola.

Pelo seu próprio caráter ancilar em relação ao confronto entre as superpotências, as crises periféricas tendem a variar seu grau de virulência na medida em que é maior ou menor o interesse ou a intervenção que sobre elas exercem os grandes focos do poder mundial; o conflito, porém, manter-se-á sempre latente, pois conforme já mencionamos, as crises são alimentadas por antagonismos endógenos.

Crises Periféricas de maior Importância Estratégica

No momento, afora as crises intra-blocos, salientaríamos, pela importância estratégica e dificuldade de solução, as seguintes: Chipre, Oriente Médio e África do Sul.

Chipre

No caso de Chipre, há que considerar não apenas o conflito étnico dentro da ilha, mas, principalmente, sua repercussão na OTAN, dada a importância da Grécia e Turquia no esquema de defesa do flanco sudeste do referido pacto militar.

Julgamos que a trégua mantida há já algum tempo na ilha, após a intervenção turca, é um sinal favorável de esvaziamento da crise, pois, embora persistam antagonismos latentes, surgem indicações evidentes de que a maioria greco-cipriota abandonou a idéia de união com a Grécia. Um passo importante para maior estabilidade do conflito seria o assentimento dos turco-cipriotas em reduzir seu domínio territorial — aumentado por força da ação militar turca — a um nível aproximado da proporção que representa na população total do país.

O declínio da tensão dentro da ilha teve, como lógica conseqüência, o efeito de reduzir o perigo de conflito armado entre a Grécia e a Turquia. Esses países, embora utilizem taticamente os respectivos valores relativos dentro da OTAN para obterem ganhos no plano do problema bilateral na área de ação soviética, correriam enormes riscos, até mesmo no tocante à sobrevivência como estados não satelizados, se fossem levados a uma situação de desgaste econômico, político e social decorrente de uma luta armada de grandes proporções.

Julgamos, portanto, que a crise de Chipre, se bem ainda potencialmente perigosa, encontra-se sob controle.

Oriente Médio

A crise do Oriente Médio mereceria, por si só, um trabalho especial.

Não nos sendo possível estender sobre o tema, adiantaríamos, como um resumo introdutório, que julgamos ser a resolução 242 das Nações Unidas, com possíveis alterações que não lhe disvirtuariam a substância, a melhor fórmula de solução para o problema.

Como é sabido, a resolução repousa em dois princípios básicos: o reconhecimento de Israel, com fronteiras seguras, por parte dos estados árabes, e a devolução da maior parte ou da totalidade (conforme a versão inglesa ou francesa da resolução) dos territórios ocupados.

Semelha-nos bastante provável que, com a aceitação desses dois pontos, a crise estaria praticamente solucionada, sempre e quando as duas super-potências chegassem também a um acordo quanto ao assunto.

No plano da confrontação entre as duas super-potências, é de salientar-se a habilidade de Henry Kissinger em concentrar seus esforços de negociação no Egito, que, se bem pudesse parecer o contrário, constituía o ponto de menor resistência da penetração soviética no Oriente Médio, além de ser o mais importante país do grupo árabe.

A profunda religiosidade do Presidente Anwar Sadat e a magnitude dos problemas econômicos — que só podem ser minorados com a ajuda econômica do Ocidente e da Arábia Saudita — não passaram despercebidos à argúcia político-diplomática de Kissinger como fatores que, bem utilizados, levariam a um distanciamento entre Cairo e Moscou.

Faltava remover um obstáculo da maior importância — a desconfiança árabe em relação aos reais objetivos norte-americanos — que Kissinger conseguiu contornar; possivelmente, o maior êxito do ex-secretário de estado foi convencer os líderes árabes de que Washington, se bem não possa aceitar jamais o aniquilamento de Israel, está muito mais interessado na estabilidade na região do que em apoiar irrestritamente Tel Aviv.

A mudança de posição do Egito influenciou a Síria, um dos países árabes onde maior era a presença soviética, mas que recentemente tem se aproximado de maneira progressiva do Ocidente.

O comportamento político sírio reflete também, em grande parte, sua aguda rivalidade com Iraque, o qual, com a Líbia e o Iemen do Sul, representam os países árabes de ligações políticas e militares mais íntimas com o Bloco Oriental. É de salientar-se, ainda, que o islamismo representa, em todos esses países, uma barreira bastante considerável à implantação de regimes comunistas do tipo clássico.

Quanto a Israel, cremos que irá prosseguir a política de somente ceder territórios em troca de acordos ou compromissos políticos que lhe aumentem a segurança. Tel Aviv, que acredita que sua existência repousa, em última análise, no fator

militar, irá evidentemente recusar a entrega de territórios considerados de alto valor estratégico, como é o caso das elevações de Golan.

Não deve Israel, porém, ignorar, se persistir uma situação de crise, os seguintes fatores da conjuntura local e mundial: i) o vertiginoso desenvolvimento da moderna tecnologia bélica; mesmo no campo das armas convencionais, pode modificar com muita rapidez o valor estratégico de uma área de defesa; ii) os árabes vêm progressivamente aumentando sua capacidade militar, como já o demonstrou a guerra de 1973; iii) o enorme aumento do poder político dos árabes por possuírem, no momento, possivelmente, as maiores reservas financeiras mundiais e por se constituírem na principal fonte de abastecimento de petróleo do Ocidente; iv) "last but not least", a esmagadora superioridade da massa crítica — "C" — árabe.

Uma postura de negociação demasiadamente dura dos israelenses só poderia estar respaldada em único fator: estariam garantidos pela "espada nuclear" própria (pois ao que tudo indica já a possuem) ou norte-americana.

Essa viabilidade bem caracterizada de utilização de arma nuclear torna ainda mais premente e legítimo o interesse de todos os países pela solução definitiva do problema do Oriente Médio, região onde maior é a possibilidade de confrontação direta ou indireta entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Complementando em termos mais concretos o esquema jurídico-político da Resolução 242, visualizaríamos uma solução para a crise que poderia constituir-se em que Israel viesse a ter, no Oriente Próximo, posição semelhante à da Suíça na Europa, isto é, neutro — ou ainda melhor neutralizado — porém com poderio bélico suficiente para fazer frente a ameaças de vizinhos.

A fórmula acima pressuporia, evidentemente, um acordo entre as superpotências, que assumiriam o papel de garantia da neutralidade de Israel; outrossim, só poderia ela ser alcançada após a negociação e identificação do que seriam as chamadas "fronteiras seguras", certamente um dos pontos de acordo mais difícil entre as partes.

Caberia acrescentar, finalmente, ser muito difícil conciliar a idéia de neutralidade e fronteiras seguras com a transferência contínua e indefinida no tempo de populações de origem judaica para Israel.

África do Sul

A situação na África do Sul representa possivelmente a crise de solução mais difícil, pelo menos a curto prazo, no mundo atual.

Temos, no caso, não mais um exemplo de "colonialismo" europeu, mas sim de "colonização por europeus", embora a segunda situação política seja originária da primeira e tenham as características desta as relações entre o governo e a população de raça negra. Daí surge, então a extrema complexidade da crise; como

conciliar o que parece ser a inexorável tendência histórica do governo pelas maiorias negras com a também aparentemente inamovível decisão de uma minoria branca — minoria porém, superior a 4 milhões de pessoas e sem ter mais relações com a Europa — de não ceder o poder?

Sem pretender de algum modo chegar a uma solução para o problema, penso que melhor poderíamos equacioná-lo se separássemos a questão dos direitos políticos e sobretudo humanos de minoria negra, por um lado, e a da forma como será exercido o poder pelo menos a curto e médio prazo, por outro lado.

É evidente ser insustentável a situação infra-humana em que vive a maioria negra, não apenas porque tal situação fere a consciência ética e moral da Humanidade, mas, sobretudo, porque ela é inadaptável à realidade política e tecnológica do mundo de hoje. Queremos com isso dizer a mudança do "status" político e social da população negra terá de ocorrer não apenas em virtude dos sentimentos éticos e morais da Humanidade (isto seria evidentemente farisaísmo pois a opressão e os sentimentos éticos e morais são os mesmos desde a chegada do primeiro colono), mas sim porque a atual situação de poder e de desenvolvimento não mais permite a manutenção de tais injustiças.

Vemos, assim, como é difícil, complexa e delicada a crise da África do Sul. Não nos aventuramos a adiantar qualquer solução, mas, se, por um lado, se impõe uma radical melhoria da situação da maioria negra, por outro, semelhamos muito difícil — salvo no quadro de uma conflagração global, o desaparecimento do atual estado sul-africano. A postura de certos líderes sul-africanos mais progressistas no sentido de que a minoria branca se deva considerar como africana e não europeia, bem como de que o destino final da África do Sul é o de um estado multiracial, talvez constitua uma luz de esperança no fim de um longo e escuro túnel.

A situação da Rodésia é evidentemente de solução muito mais fácil, pois os duzentos e poucos mil brancos, todos com menos de cem anos de colonização, terão de aceitar o governo da maioria negra em futuro bem próximo. Os que não o fizerem poderão ser transferidos, com poucas dificuldades logísticas e de aclimação, para a África do Sul.

Possibilidades de Crises Periféricas no Bloco Soviético

Conforme já mencionamos, as reduzidas crises periféricas ocorridas dentro do Bloco Soviético foram de curta duração em virtude, sobretudo da própria natureza policial e repressiva do regime, bem como da pronta intervenção do exército vermelho e seus aliados do Pacto de Varsóvia.

Caberia indagar, passados já quase dez anos da crise da Tcheco-Eslóvaquia, se fatores recentes como a "détente", os acordos de Helsinque, os maiores contactos com o Ocidente, etc., poderão de algum modo iniciar um processo de fissuras no aparente monolitismo político-ideológico dos países do bloco soviético, ocasionando senão verdadeiras crises periféricas, pelo menos uma liberalização dos regimes ditatoriais daqueles países.

Dizíamos, de início, que consideramos o Comunismo ultrapassado como ideologia e como um conjunto de doutrinas econômicas. O cataclismo da Segunda Guerra Mundial, como todos reconhecem, impulsionou a penetração soviética, mas essa penetração só se verificou em países — com exceção da Tcheco-Eslováquia e talvez da Hungria — situados em zona historicamente sob influência russa e, ademais, com grande atraso social e econômico em relação à Europa Ocidental. Temos, assim, uma vez mais, a não confirmação de uma das previsões de Marx — o comunismo, levado pela "maré soviética" resultante da Segunda Guerra Mundial prospera e se firma não em países industrializados mas sim naqueles predominantemente agrícolas e com as seguintes características principais: i) grande desigualdade na distribuição de renda; ii) classe média débil e dividida; iii) operariado urbano reduzido e altamente insatisfeito por não ter acesso a vantagens já obtidas na Europa Ocidental; iv) estrutura religiosa arcaica e, de um modo geral, reacionária, v) forças armadas enfraquecidas e, em alguns dos casos, desmoralizadas.

Em resumo, estamos que existiam, subjacentes em determinados países condições históricas, econômicas, políticas e sociais que propiciaram a expansão soviética. A falta dessas condições, talvez ainda mais do que a política de contenção do outro foco de poder do pós-guerra, explica a circunstância de a Áustria e a Finlândia haverem escapado da órbita de Moscou.

Pelo menos as duas primeiras décadas do comunismo na Europa Oriental constituíram o que se pode chamar a "época heróica", quando se exigiu do indivíduo o máximo de esforços e sacrifícios para atingir dois objetivos contraditórios: construir uma sociedade comunista de caráter internacionalista e, ao mesmo, uma nação forte e afirmativa. Evidentemente essa contradição era minimizada e escondida ao povo, pois os dois objetivos, pelo seu grande magnetismo, tinham de ser usa dos pelo Partido como instrumento de arremetimento das massas.

Durante essa mesma fase, a quase absoluta falta de comunicação entre as populações do bloco soviético e o resto do mundo, atingida através da cortina de ferro, representou a maneira pela qual os governos comunistas impediram que o efeito de emulação ou demonstração atuasse sobre a imensa maioria dessa população, que tinha níveis de consumo comprimido, embora com as necessidades mínimas atendidas.

É evidente, porém, que essa "época ou fase heróica" tende a desaparecer, pois não só o progressivo declínio da ameaça de confrontação bélica com o Ocidente leva a redução da coesão intra-bloco, mas, igualmente passa a agir de maneira inevitável sobre o comportamento do indivíduo o normal desejo de aumentar seu nível de bem estar e de liberdade individual, sobretudo após ter conhecimento da situação exterior a da sociedade em que vive.

Semelha-nos, então, inegável que a maioria da atual população soviética, nascida após a consolidação do atual regime e muitos sem haver conhecido os horrores da Segunda Guerra Mundial, inclinar-se-á cada vez mais pelas benesses do desenvolvimento econômico do que pelo dogmatismo marxista-leninista.

Nessa ordem de idéias a implantação, com o auxílio do Ocidente, de indústrias tais como a automobilística, que trazem uma rede correlata de serviços (estações de gasolina, motéis, etc), pode ter o efeito favorável de criar uma sociedade de consumo "burguesa" muito menos manejável pelo partido comunista para consecução de objetivos expansionistas. Em suma, uma população russa com altos níveis de consumo estaria disposta a fazer certos sacrifícios que lhe assegurassem a manutenção de seu bem-estar e, evidentemente, nela sempre far-se-ia sentir o tradicional patriotismo eslavo na defesa do território da "Santa Madre Rússia", mas, por outro lado, muito dificilmente prestar-se-ia a uma aventura militar para a implantação do comunismo fora de seus atuais limites territoriais, que, conforme vimos, corrompem a aquelas fronteiras seguras ambicionadas desde os tempos de Pedro o Grande.

Esse aburguesamento da sociedade russa reforça, assim, a tese de que as crises periféricas (das quais a subversão pode ser um dos fatores genéticos) representam o principal elemento com que conta Moscou para ampliar sua área de influência no mundo.

O que se disse sobre a situação na União Soviética é ainda mais verdadeiro nos países satélites, sobretudo nos mais adiantados como Tcheco-Eslováquia, República Democrática Alemã e Hungria. Nesses países, além do potencial de conflito latente entre a rigidez doutrinária do marxismo-leninismo e o normal anseio das novas gerações por um crescente aumento do nível de vida e de liberdade individual, que se acrescentar a confrontação entre o nacionalismo e a dominação, acobertada pela capa ideológica do marxismo, exercida por Moscou. Em muitos desses países, como é o caso da Polônia, Rumania, RDA e Hungria, existe acendrado extenuante nacionalista caldeado no correr dos séculos; em relação aos três primeiros, ocorre a circunstância de que a Rússia é o inimigo atávico.

Em resumo, não queremos nem podemos adiantar que ocorrerão dentro do bloco Comunista, no futuro próximo, crises periféricas de vulto, mas é quase certo que, se não advierem fatores exógenos imprevisíveis, a coesão dentro desse grupo de países tenderá a diminuir substancialmente pelas seguintes razões principais: i) devido à confrontação Oriente-Occidente; ii) aumento do nacionalismo intra-bloco; iii) aumento da contestação, por parte das novas gerações, dos dogmas marxista-leninistas, pois, como todo e qualquer conjunto de princípios e teorias no campo das ciências sociais, o Marxismo se desatualizou e ficou ultrapassado, pelo menos em parte, com o passar dos tempos e os câmbios ocorridos na sociedade, principalmente em razão dos avanços tecnológicos; iv) o progressivo "consumerismo" dentro do bloco, sobretudo na medida em que a chamada "cortina de ferro" se for tornando cada vez mais permeável; v) aumento da insatisfação das minorias religiosas ou raciais dentro da União Soviética (judeus, ucranianos, alemães do Volga, lituanos, letões, estonianos, etc).

Caberia finalmente mencionar que uma sociedade ocidental mais justa, mais equitativa e humana representa não só a garantia maior de sua própria sobrevivência, mas, igualmente, um modelo a ser imitado por aqueles povos que vivem em uma situação fechada e sobre o controle em maior ou menor grau de Moscou.

É de lamentar-se, porém, que praticamente todas as bandeiras das grandes causas humanas e progressistas, que pertence por direito à nossa sociedade ocidental de fundamentos ético-filosóficos greco-judaico-cristãos, vêm sendo empunhadas, no corrente século, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, pelo Bloco Oriental.

AS POTÊNCIAS MÉDIAS

Definição

Não é fácil definir o que seja uma potência média na atual conjuntura política mundial sobretudo se tomado o componente militar como fator principal na aferição do poder nacional, haja vista a existência de um imenso diferencial de poderio e tecnologia bélicos entre os diversos estados.

Quer isto significar, por exemplo, que um país como a Austrália, com um quantitativo de recursos (C+E+M) segundo CLINE igual a 12, representa para a União Soviética, como poder bélico, praticamente o mesmo que o Nepal, estado com recursos igual apenas a 1, ainda de acordo com o mesmo autor. Ainda mais especificamente, poder-se-ia dizer que a moderna tecnologia bélica trouxe tão grande desequilíbrio de poder militar em favor das super-potências, que essas, se pudessem utilizar livremente tal poder, teriam capacidade de aniquilar quase com a mesma facilidade países tão diferentes como a Austrália e o Nepal, embora no primeiro caso, o custo econômico fosse maior, dado que teria de utilizar maior quantidade de armas nucleares.

Outrossim, estando, conforme já vimos, praticamente eliminada a possibilidade de uma guerra entre as potências médias, diminuiria sensivelmente o peso do fator militar na composição do poder nacional dessas potências. Em suma, de acordo com essa postura, um estado poderia chegar a um estágio de potência média independente do valor do seu poder militar.

A outra conclusão ou postura seria a de que no campo militar estaria o elemento decisivo na caracterização de uma potência média; nessa mesma linha de idéia, as verdadeiras potências médias (a que alguns chamariam de grandes potências com a linguagem saudosista de antes da Segunda Guerra Mundial) só seriam aqueles estados com poder militar que lhes proporcionasse alguma forma de retaliação efetiva contra as suas super-potências, ou, em outras palavras, o "status" de potência média estaria vinculado de maneira indissolúvel a posse e disposição de armas nucleares.

Como normalmente acontece, as conclusões ou posições extremadas fogem do bom senso e do equilíbrio e quase sempre da verdade. Não nos parece, por um lado, que se possa desprezar totalmente o fator militar na composição do poder nacional de uma potência média, pois, na medida em que passa ela a ter responsabilidade e interesse pelo menos de âmbito regional, passa igualmente a ter necessidade de um mínimo de força armada — não necessariamente de natureza nuclear — para proteger esses interesses e fazer frente a essas responsabilidades. Surge para a potên

cia média a imperiosidade de ter os meios necessários a projetar no espaço seu poder nacional; outrossim, como veremos ao examinar o papel dessas potências quando das crises periféricas, impõe-se para elas a existência de um mínimo de poder militar com determinadas características.

Por outro lado, não devemos cair no exagero de super-valorizar o poder militar para não incorrerem em erros, como o de CLINE, que equivocadamente chama o Japão e a República Federal da Alemanha de "potências secundárias". * Evidentemente o peso econômico e político desses dois países concede-lhes sem dúvida a categoria de potência média. Igual categoria tem a Arábia Saudita, país de reduzida capacidade militar, pelo seu imenso poder financeiro na atual conjuntura, por sua situação de maior produtor mundial de petróleo e pela inegável influência política regional.

Creemos, então, que potências médias seriam, em suma, um grupo de aproximadamente 20 estados com um poder perceptível ($P_p = (C+E+M) (S+W)$) de acordo com a fórmula de CLINE que claramente lhes indica responsabilidades e interesses de natureza pelo menos regional.

Para essas potências seria imprescindível um mínimo de capacidade militar que lhes permita a projeção pelo menos regional de seu poder nacional.

Uma potência média não terá necessariamente de possuir armas nucleares, embora julguemos que, se soberanamente decidir adquirir tecnologia nuclear bélica, tal decisão não implica o aumento do perigo de uma conflagração nuclear. Com efeito, uma potência média, que por definição terá sempre um governo responsável, só empregaria a arma nuclear se submetida a um tipo de ameaça que representasse o seu desaparecimento como um estado soberano; ora, tal ameaça só pode partir de uma super-potência e mediante o emprego prévio por esta última de armas nucleares, pelo menos de natureza tática.

Por outro lado, uma potência média não poderia normalmente iniciar um conflito nuclear global no plano da confrontação Oriente versus Ocidente, pois o motivo que a faria usar de tal recurso seria bastante forte para que uma das super-potências tivesse igual atitude previamente. Por exemplo, a possibilidade do aniquilamento, em termos convencionais, do Estado de Israel parece um motivo suficientemente forte para que os Estados Unidos da América, antes mesmo de Tel Aviv, flexione o seu músculo nuclear. Da mesma forma, muito dificilmente a União Soviética ficaria indiferente a uma guerra entre a China e a Índia que representasse um profundo enfraquecimento dessa última.

Finalmente, acrescentaríamos que não estamos totalmente de acordo com a lista de 38 países que CLINE, ** sem utilizar tal denominação, aponta como potên-

* Obra citada, página 99.

** Obra citada, página 130.

cias médias, não só porque preferimos um número mais reduzido (entre 20 e 25 países), mas igualmente porque julgamos que o Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown tende a atribuir valor demasiadamente alto para o componente S+W dos países de governo autoritário, além de, em alguns casos, como o de Cingapura, super-valorizar a posição geográfica. De qualquer forma, os vinte e poucos países que consideramos serem realmente potências médias estão todos incluídos na lista acima citada do excelente trabalho do Professor CLINE.

As Potências Médias e as Crises Periféricas

Conforme vimos, não obstante haver o mundo praticamente se livrado do holocausto atômico, existindo no momento aquele primeiro conceito de paz a que se referiu o Embaixador Araújo Castro, centenas de milhares de seres humanos morreram e vêm morrendo em conflitos periféricos que se vem sucedendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os nossos dias.

Por outro lado, se verifica desde a crise de Cuba (outubro de 1962) o entendimento tácito entre as duas super-potências de que ambas respeitarão mutuamente as áreas de interesses estratégico vital de cada uma delas.

Embora não se conheça a existência de textos ou documentos estipulando quais sejam tais áreas, reconhece-se que a América Latina, a Europa Ocidental e Israel, para os Estados Unidos da América, e a Europa Oriental, para a União Soviética, não podem ser objeto da atuação direta e clara de uma super-potência em detrimento dos interesses das outras. As crises da República Dominicana e da Tcheco-Eslôvquia, bem como o que tem ocorrido no Oriente Médio, parecem confirmar esse entendimento.

As crises periféricas mais recentes se têm multiplicado fora das áreas acima mencionadas e, mais recentemente, sobretudo na África, região de extrema importância estratégica para o Ocidente.

Conforme expusemos anteriormente, causas históricas concedem ao Bloco Oriental importantes vantagens na exploração político-ideológica do nacionalismo e do anti-colonialismo, o que recomenda, do ponto-de-vista do Ocidente, uma participação de potências médias regionais na negociação e solução de crises que contenham aqueles dois componentes ideológicos como seus fatores genéticos principais. Assim, por exemplo, dificilmente uma crise na África negra poderá ser solucionada sem uma contribuição efetiva de países tais como a Nigéria ou o Egito.

Outrossim, França e Inglaterra têm não só o direito como a obrigação de serem ouvidas e participarem na solução de crises em suas antigas colônias.

Em resumo, estamos que consulta aos interesses do Ocidente, diminuir a importância do componente ideológico "luta contra o capitalismo" nas crises periféricas dentro do Terceiro Mundo e esse objetivo só pode ser atingido através de

na participação ativa das potências médias regionais ou que tenham algum tipo de relação histórica ou cultural com a área em crise.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO CASTRO, Embaixador João Augusto, — "Fundamentos da Paz Internacional. Balança de Poder ou Segurança Coletiva", artigo publicado no caderno especial do Jornal do Brasil, de 6 de abril de 1970.
2. ARON, Raymond, — "La notion de rapport de forces a-t-elle encore un sens à l'ère nucléaire? Artigo publicado na revista "Défense Nationale", número de janeiro de 1976.
3. BERLE, Adolf A. Jr., — "O Mundo entre Ocidente e Oriente", Rio de Janeiro, 1958, Editora Fundo de Cultura S.A. (Tradução da edição em inglês, "Tides of Crisis").
4. BUCHAN, Alastair, — "Change Without War", New York, 1975, St. Martin Press.
5. CLINE, Ray S., — "World Power Assessment", Washington, D.C., 1975, Georgetown University.
6. FROMM, Erich, — "May Man Prevail", New York, 1961, Doubleday and Company Inc.
7. GROSS, Feliks, — "World Politics and Tension Areas", New York, 1966, New York University Press.
8. KISSINGER, Henry Alfred, — "The Troubled Partnership; a Reappraisal of the Atlantic Alliance", 1965, 1st. ed. New York, McGraw-Hill.
9. MEIRA MATTOS, General Carlos de, — "A Evolução do Conceito de Poder e sua Avaliação", artigo publicado na Revista del Colegio Interamericano de Defensa, 1976, Volumen IV, número 1.
10. MODELSKI, George — "World Order Keeping", estudo publicado no livro "New Dimensions of World Politics", 1975, New York, Toronto, Halsted Press.
11. MORGENTHAU, Hans Joachin, — "Among Nations: the Struggle for Power and Peace; 1961, 3rd. ed., New York, Knopf.
12. DYE, Joseph S. — "Transnational and Transgovernmental Relations", estudo publicado no livro "New Dimensions of World Politics", 1975, New York — Toronto, Halsted Press.

Pela presente, autorizo ao Colégio Interamericano de Defesa publicar este trabalho, como artigo para leitura recomendada ou na revista oficial do Colégio.